



**POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NA BOLÍVIA
PLURINACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA
DE JOSUÉ DE CASTRO**

**HUNGER POLICIES IN PLURINATIONAL BOLIVIA: AN
ANALYSIS BASED ON THE WORK OF JOSUÉ DE CASTRO**

Tereza Maria Spyer Dulci*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

 <https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>

terezaspyer@gmail.com

Mariana Rocha Malheiros**

Universidade Federal do Paraná - UFPR

 <https://orcid.org/0000-0002-5449-8049>

mariana.malheiros.62678@gmail.com

RESUMO: Este artigo procura realizar um diálogo entre o trabalho de Josué de Castro e a experiência da Bolívia Plurinacional no combate à fome. O texto está organizado em dois segmentos: primeiro, faremos uma leitura de parte da produção de Castro em perspectiva latino-americana. Depois, especificaremos a análise das políticas de combate à fome na Bolívia, cotejando com sua obra. O artigo conclui que houve avanços no combate à fome na Bolívia Plurinacional, mas com dificuldades no enfrentamento de algumas estruturas destacadas por Castro.

PALAVRAS-CHAVE: Josué de Castro; Bolívia; produção de alimentos; reforma agrária.

ABSTRACT: This article seeks a dialogue between Josué de Castro's work and the experience of Plurinational Bolivia in the fight against hunger. The text is organized in two segments: first, we will read part of Castro's production in a Latin American perspective. Then, we will specify the analysis of the policies to fight hunger in Bolivia, comparing it with his work. The article concludes that there have been advances in the fight against hunger in Plurinational Bolivia, but with difficulties in facing some structures highlighted by Castro.

* Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado realizado no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Entre 2011 e 2023, foi professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Segue vinculada a esta universidade, atuando na Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL), no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Atualmente é professora Associada do Departamento de História (DEHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

KEYWORDS: Josué de Castro; Bolívia; food production; agrarian reform.

INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos realizar um diálogo entre o trabalho de Josué de Castro e a experiência da Bolívia Plurinacional. Partimos da premissa de que sua obra permite uma profícua conversa com alguns elementos da realidade boliviana, principalmente da história recente.

Ainda que parte da literatura considere mais a obra de Castro centrada no Brasil, este autor se voltou também para os problemas dos demais países classificados como subdesenvolvidos, incluindo as nações vizinhas. Isso porque tanto na sua produção acadêmica quanto na sua atuação nos foros internacionais buscava contribuir com agendas e formulação de políticas públicas que procuravam dirimir as enormes desigualdades e seus nefastos desdobramentos, especialmente a fome.

Para produzir este texto, nos baseamos em obras de Castro publicadas durante duas décadas. Além de termos estudado os principais livros que são considerados marco da sua produção epistêmica/política, *Geografia da Fome e Geopolítica da Fome*, nos valem também de: *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, *Ensaio de Geografia Humana*, *Fome: um tema proibido*, *O livro negro da fome*, *Ensaio de geografia humana* e *A estratégia do desenvolvimento*, devidamente referenciados ao final do artigo.

Em termos teóricos, este texto se fundamenta em alguns pressupostos do “giro decolonial” (MALDONADO-TORRES, 2019; NAME, 2021). O objetivo é estabelecer um diálogo entre os principais conceitos trabalhados por Castro e aqueles operacionalizados por autores do pensamento decolonial. Isso nos permitirá refletir mais amplamente sobre a construção de direitos sociais na Bolívia, principalmente do acesso à alimentação, bem como no enfrentamento às estruturas capitalista e racista que formam os Estados na América Latina.

Neste trabalho também nos propusemos a responder ao desafio lançado pela feminista dominicana Occhy Curiel. Ela afirma que é preciso generalizar mais as teorias latino-americanas, isto é, as nossas próprias epistemologias, como reconhecimento e legitimação da produção de conhecimento que foi subalternizada no Sul Global (CURIEL, 2020). Avançar neste processo é igualmente o desafio que assumimos enquanto pesquisadoras, não só no que se refere à divulgação e valorização de autores do

Sul, mas também buscando outras epistemologias que possibilitem novos olhares e práxis na e para a América Latina.

Assim, este texto está organizado em dois principais subitens. No primeiro, faremos uma leitura de parte da produção de Castro em perspectiva latino-americana. Já no segundo, propomos alguns diálogos cotejando elementos da obra deste autor com questões-chave do contexto boliviano, evidenciando os avanços na construção de políticas voltadas ao direito à alimentação. Contudo, também exporemos as contradições e as críticas recebidas pelos governos do Movimento ao Socialismo (MAS).

Tendo este recorte como base, procuramos apresentar resultados de pesquisa qualitativa e quantitativa (LAKATOS; MARCONI, 2003). Efetuamos uma revisão bibliográfica e realizamos uma análise de dados oriundos dos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (BIRD), do Instituto Nacional de Reforma Agrária da Bolívia (INRA) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Bolívia (INE).

Por fim, nesta pesquisa optamos por tratar dados voltados ao combate à fome e a produção de alimentos na Bolívia, elaborados especialmente pela CEPAL e pelo INE. Não utilizamos dados que auferem pobreza especificamente, como o Índice de Gini, porque optamos por falar sobre a fome, separando estas duas categorias, ainda que, em muitos momentos, a partir do trabalho de Castro, também tratamos sobre pobreza. Além disso, não constam informações sobre mudanças metodológicas na coleta de dados antes ou depois dos governos do MAS.

JOSUÉ DE CASTRO E A AMÉRICA LATINA

Embora parte considerável da obra de Castro tenha se centrado na análise do contexto brasileiro, neste subitem pretendemos destacar elementos da sua produção que propiciam pensar em uma chave latino-americana. Para tal, em um primeiro apartado, faremos um panorama das desigualdades da nossa região, com destaque para o caso da Bolívia. Já em um segundo tópico, trataremos brevemente da atuação internacional de

Castro nos organismos transnacionais, bem como exploraremos em sua obra os problemas dos modelos de desenvolvimento e da fome.

AMÉRICA LATINA: REGIÃO MAIS DESIGUAL DO MUNDO

Conforme a CEPAL vem alertando desde 1980, a América Latina é a região mais desigual do mundo¹. A incidência de pobreza² é ainda maior nas áreas rurais e entre parcelas da população indígena e negra³. Ou seja, essas desigualdades se explicam não só pelas disparidades em relação às questões de classe, mas também em função da questão racial (CEPAL, 2016; 2021). Negros e indígenas têm mais possibilidades de serem pobres do que brancos, por exemplo. Isso porque também são menores as probabilidades de grupos racializados concluírem a educação básica ou conseguirem um emprego formal (LISSARDY, 2020).

As desigualdades étnico-raciais constituem um dos eixos estruturantes da matriz da desigualdade social na América Latina (CEPAL, 2018b). Isso se explica, entre outras coisas, pelo “modelo de desenvolvimento vigente, o racismo estrutural e a persistência da cultura do privilégio [que] reproduzem as desigualdades estruturais, as privações e as violações de direitos” (CEPAL, 2021, p.41). Além da condição étnico-racial, são eixos estruturantes das desigualdades existentes na nossa região: o gênero, o território, as idades, a orientação sexual e a identidade de gênero, a condição de deficiência e a situação migratória (CEPAL, 2021).

Segundo o relatório do PNUD, lançado em dezembro de 2020, “os 10% mais ricos da América Latina concentram uma parcela maior da renda do que em qualquer outra região [do mundo] (37%). E vice-versa: os 40% mais pobres recebem a menor fatia (13%)”. Especificamente com relação aos povos originários, mesmo que tenha havido uma pequena redução nos últimos anos, em 2019 a taxa de pobreza deste grupo era de

¹ Várias publicações da CEPAL procuram realizar diagnósticos das desigualdades estruturais da nossa região. Um marco de análise muito importante é o conceito de matriz da desigualdade social (CEPAL, 2016).

² A CEPAL costuma aferir a pobreza com base na renda. A medição de pobreza monetária segue 3 principais critérios: “a linha de pobreza extrema de US\$ 1 por dia, (...) a determinação da renda necessária para atender às necessidades da população com base no julgamento de especialistas usando critérios normativos [e] (...) o desenvolvimento de linhas de pobreza subjetivas em que o limiar de pobreza é definido de acordo com o julgamento da própria população, que é consultada sobre a renda que considera necessária para sair da pobreza” (CEPAL, 2018a, p. 16).

³ Embora haja uma subcontagem dos grupos racializados na América Latina, vide as disparidades dos censos populacionais, cerca de 130 milhões de pessoas se autodeclararam afrodescendentes (OPAS, 2021) e 45 milhões indígenas (CEPAL, 2015).

49% e de extrema pobreza 18% (LISSARDY, 2020). Já com relação aos afrodescendentes, estes têm 2,5 vezes mais chances de viver em condições de pobreza crônica. Além disso, existe uma tendência à feminização da pobreza e esta é mais acentuada entre as mulheres das minorias historicamente segregadas (BIRD, 2018)⁴.

A concentração de terras é uma das principais explicações para esse abismo social na nossa região. Além disso, a economia segue baseada na exploração dos recursos naturais, potencializada pelas políticas neoliberais pautadas pelas teses do Consenso de Washington (BEJÁR, 2004). Outrossim, a partir do fortalecimento da monocultura e do extrativismo, houve um aumento acentuado das desigualdades e da violência na América Latina (GUDYNAS, 2019).

Ainda que nas últimas décadas a questão da fome tenha sido incorporada à agenda pública da maior parte dos países latino-americanos (MATTEI, 2008), os índices de insegurança alimentar e nutricional nos países da região seguem sendo muito altos. Tais dados pioraram com a pandemia de Covid-19. Em 2021, 11,7% da população global enfrentou insegurança alimentar em níveis graves. No caso da subnutrição infantil, os índices são ainda mais preocupantes. Segundo relatório da FAO publicado em 2022: “Estima-se que 45 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade sofrem de emaciação, 149 milhões têm crescimento e desenvolvimento atrofiados devido à falta crônica de alimentos nutritivos em suas dietas, enquanto 39 milhões são afetadas pelo sobrepeso” (UNICEF, 2022).

Em termos regionais as disparidades são também muito grandes. No continente africano, cerca de 20% da população passou fome em 2021, em comparação com 9,1% na Ásia, 8,6% na América Latina e no Caribe, 5,8% na Oceania e 2,5% na América do Norte e na Europa (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022, p. XVI). No mesmo ano, a fome afetou 278 milhões de pessoas na África, 425 milhões na Ásia e 56,5 milhões na América Latina e no Caribe. Além disso, em 2021 havia 768 milhões de pessoas subnutridas no mundo, mais da metade (425 milhões) viviam na Ásia e mais de um terço (278 milhões) na África. Já na América Latina e no Caribe eram cerca de 57 milhões de pessoas (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022, p.10-13). Recortes de gênero, raça e classe impactaram os índices de insegurança alimentar (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022, p.124). Como exemplo, destacamos os dados acerca das diferenças entre

⁴ Segundo o documento da CEPAL sobre afrodescendentes e a matriz da desigualdade social da nossa região, a feminização da pobreza “evidencia a importância de que as políticas de erradicação da pobreza sejam formuladas e implementadas com uma perspectiva tanto de gênero como étnico-racial e que sejam capazes de diagnosticar adequadamente a intersecção entre essas duas perspectivas” (CEPAL, 2021, p.21).

os gêneros em 2021: 31,9% das mulheres no mundo estiveram em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em comparação com 27,6% dos homens (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022, p. XVII).

Entretanto, nas primeiras décadas do século XXI, alguns países, dentre eles a Bolívia, apresentaram indicadores diferenciados, pois houve uma redução das desigualdades (principalmente as econômicas, sociais e educacionais), impactando na diminuição da pobreza e da fome. Isso porque em parte dos países da América do Sul ocorreu um processo de ascensão de governos chamados “progressistas”, fenômeno conhecido como “onda rosa” (DINIZ, MACIEL, 2016; SILVA, 2010). Estes governos emergiram em um cenário marcado por extremas desigualdades acentuadas nos anos 1990, decorrentes da implementação e consolidação das políticas neoliberais. Conforme destaca Rosana Campos, na última década do século XX aumentou consideravelmente o “desemprego/subemprego e a pobreza na região” (CAMPOS, 2017, p.1) e, por conseguinte, houve também o crescimento da fome e da subnutrição.

No caso da Bolívia, a diminuição das desigualdades ocorreu por vários fatores, entre eles, a adoção de um modelo de desenvolvimento que procurava fomentar políticas públicas e incentivar programas sociais para as populações historicamente marginalizadas. Assim, a partir de 2006, com a eleição de Evo Morales (2006-2019), foram elaboradas políticas para combater a pobreza, especialmente a pobreza extrema nas regiões rurais. E essas políticas beneficiaram sobretudo as comunidades indígenas deste país, que representam cerca de 50% da população (MALHEIROS, 2023).

Durante o governo de Morales foi aprovada uma nova constituição (2009) que criou o Estado Plurinacional de Bolívia, no marco do chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano (SALMORÁN, 2016). A constituição boliviana foi elaborada por uma Assembleia Constituinte pautada por demandas populares de diferentes atores sociais, tais como indígenas, afrobolivianos, operários, *cocaleros*, feministas, ambientalistas, etc e um de seus princípios básicos é o Bem-Viver (*suma qamaña* em aimará) (SCHAVELZON, 2015). Este conceito, baseado na cosmogonia dos povos originários, marcou uma “ruptura com a centralidade do indivíduo, a superioridade do humano e com as noções de progresso, desenvolvimento e bem-estar em chave capitalista” (LEÓN, 2011, p.3).

A nova constituição boliviana foi criada no contexto do pós-desenvolvimentismo, movimento que ganhou força a partir dos anos 1990 e que procurou questionar os modelos de desenvolvimento impostos pelos países

desenvolvidos e pelas agências e organismos internacionais, como a ONU, o BIRD e o Fundo Monetário Internacional (ESCOBAR, 2012ab). Vale destacar que a partir do discurso do presidente estadunidense Harry Truman em 1949, o conceito de desenvolvimento se transformou em um “critério legitimador da hegemonia do Norte sobre as nações do Sul, classificadas” como subdesenvolvidas (DULCI, 2020, p. 77).

Isto é, por décadas os países considerados subdesenvolvidos tiveram que seguir os modelos estabelecidos pelas nações autointituladas desenvolvidas (ESCOBAR, 2010; QUIJANO, 2009). Para Pablo Quintero: “Se o desenvolvimento conseguiu ‘desenvolver’ alguma coisa ao longo de sua história, foi a desigualdade e a assimetria a nível mundial através do crescimento e da expansão do capitalismo” (QUINTERO, 2014, p. 279). Já de acordo com Catherine Walsh, o conceito de desenvolvimento:

[...] é uma construção ‘paradigmática’ (não apenas paradigmática), contra a qual o Hemisfério Sul, em geral, e a América Latina, em particular, foram avaliados e se avaliaram, ou seja, é o Ocidente desenvolvido contra todos e, ao mesmo tempo, servindo de modelo para o resto dos países (WALSH, 2010, p. 1).

Voltando à gestão Morales, é importante ressaltar que a Bolívia quadruplicou seu Produto Interno Bruto e manteve uma taxa de crescimento superior a 4,5%. Naquele contexto, foi o país que mais cresceu na América do Sul e reduziu a pobreza extrema de 38,2% para 15,2%. As políticas públicas do governo Morales desempenharam um papel central na redução da pobreza e da miséria, principalmente nos programas sociais como Bono Juancito Pinto (manutenção da frequência escolar) e Bono Juana Azurduy (combate à mortalidade infantil na gravidez) (CASTELLANI, ZENTENO, 2015).

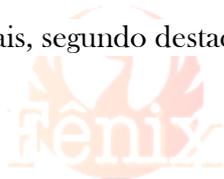
Outra ação muito exitosa foi o Programa de Inclusão Econômica de Famílias e Comunidades Rurais. O grupo-alvo do projeto compreendeu cerca de 32.000 famílias rurais pobres, principalmente com insegurança alimentar, ou aproximadamente 24% da população total da área do programa (CAVATASSI; GEMESSA, 2021) e teve como principais impactos o aumento da renda dos participantes em 13% e a capacidade de recuperação de choques climáticos em 4% (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022, p.116).

O desempenho econômico da Bolívia nos últimos anos, impulsionado pelo *boom* das *commodities* (2000-2014), que culminou com maiores receitas públicas, tornou possível que esta nação se convertesse em um país de renda média-baixa. Isso gerou um crescimento econômico e uma melhoria nos indicadores macroeconômicos, bem como um incremento nos dados sobre mobilidade social, especialmente entre os

grupos mais vulneráveis. A partir dos indicadores de pobreza e de fome multidimensionais, também se verificou um aumento na qualidade de vida da população, particularmente daqueles setores racializados. Assim, conforme ressaltam Francesca Castellani e Jannet Zenteno, durante a gestão Morales a Bolívia “obteve um progresso social significativo, reduzindo a incidência de pobreza, mitigando as desigualdades e as lacunas geográficas e sociais” (CASTELLANI; ZENTENO, 2015, p.1).

JOSUÉ DE CASTRO E A AMÉRICA LATINA

Além de ter tido um papel de destaque no âmbito nacional, Castro também teve grande projeção internacional. Sua proeminência no exterior se deu em função da sua atuação na Organização de Saúde da Liga das Nações e, principalmente, na FAO. Nesta última agência Castro participou ativamente, isto é, entre 1947 e 1964 não foi “apenas ‘receptor’/‘divulgador’ de ideias da FAO” ou “um simples expectador dos trabalhos da FAO” (BIZZO, 2012, p. 37-38) e sim um importante ator na área da nutrição e na formulação de ações e políticas de combate à fome na esfera transnacional. Além do mais, segundo destaca Maria Letícia Bizzo:



Na agência [FAO], ele fez parte de delegações, de comitês de especialistas em nutrição e de comissões assessoras, assumiu a presidência do Conselho da FAO - no período 1952-1955 -, colaborou na construção de algumas políticas da agência, defendeu políticas de ataque amplo e pragmático à fome no mundo e exerceu uma representatividade do bloco dos países considerados “subdesenvolvidos” (BIZZO, 2012, p.36).

Grande parte da sua aproximação com os países e as questões latino-americanas se deu também nestas instâncias internacionais. Castro pensava o Brasil na América Latina, ou seja, ao tratar dos problemas brasileiros suas reflexões também se ancoravam nos problemas gerais das nações classificadas como subdesenvolvidas, incluídos os países da nossa região. Além disso, participou de redes de pesquisadores latino-americanos voltadas para o campo da nutrição e do combate à fome (AMORIM, 2016). Aqui, destacamos sua relação com o médico argentino Pedro Escudero, considerado o “pai da nutrição na América Latina”. Escudero, inclusive, escreveu o prefácio do seu livro *O problema da alimentação no Brasil*, publicado em 1934 (BIZZO, 2012, p. 86). A aproximação de Castro com a rede de cientistas latino-americanos pode ser observada também nas Conferências Latino-Americanas de Nutrição convocadas pela FAO (AMORIM, 2016).

Igualmente, importa ressaltar que Castro coeditou em 1969 o livro *Latin America radicalism: a documentary report on left and nationalist movements*, coletânea de textos de relevantes intelectuais e políticos latino-americanos como Celso Furtado, Che Guevara, Fidel Castro, Hélio Jaguaribe e Raúl Prebisch (BIZZO, 2012, p. 302). Ademais, no livro *Sete Palms de Terra e um Caixão* (1965) o autor problematizou as convulsões sociais que os países da região enfrentaram nas décadas de 1950 e 1960. Nesta obra há uma interessante relação dos problemas do Nordeste brasileiro com aqueles dos demais países da América Latina, um esforço comparativo realizado não só neste livro.

Os problemas latino-americanos também entraram em pauta em *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971). Para Castro o desenvolvimento é o “mito do século XX”, assim como a “liberdade” foi o mito do século XVIII (CASTRO, 1971, p. 19). Nesse sentido, pobreza, fome e desenvolvimento estão intimamente ligados. Castro foi um dos pioneiros na crítica dos modelos de desenvolvimento formulados e aplicados pelos países do ocidente nas nações consideradas menos desenvolvidas (SANTOS, 2021).

No “giro decolonial” o conceito de desenvolvimento é um paradigma universalizado que constitui um dos pilares da modernidade (QUIJANO, 2009; QUINTERO, 2014). Nesse sentido, é possível estabelecer uma conversa entre as obras de Castro e o pensamento decolonial, que também procura denunciar como os modelos de desenvolvimento empregados no século XX criaram mecanismos que sustentaram e propagaram as desigualdades que geram pobreza e fome. De acordo com Castro, o Estado deve “condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo (...) [assim como deve] dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade” (CASTRO, 1980, p. 305). Fora isso, Castro criticou as estratégias de auxílio (ou retóricas salvacionistas) dos países ditos desenvolvidos, cujos interesses são “ínfimos ao verdadeiro desenvolvimento emancipador” (CASTRO, 1980, p.282). Além do mais, censurou as artimanhas “neocoloniais” dos países ricos:

O maior de todos estes erros foi o de se conceber em toda a parte um processo de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a apoiar as suas ideias e a estabelecer os seus sistemas de pensamento sobre as concepções da economia clássica que ignoravam quase totalmente a realidade socioeconômica das regiões de economia de dependência (CASTRO, 1971, p. 12-13).

Já em *Ensaíos de Geografía Humana* (1957) o autor tratou da América Latina ao afirmar que a conquista (nas suas palavras “descobrimento”) foi a responsável inicial pelas mazelas da região. Por isso a fome assola especialmente países que foram colonizados e expropriados pelos europeus (CASTRO, 1957). Outrossim, em *A Estratégia do Desenvolvimento* declara de forma contundente que:

Os países do Terceiro Mundo são subdesenvolvidos, não por razões naturais – pela força das coisas – mas por razões históricas: pela força das circunstâncias. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo político e econômico que manteve estas regiões à margem do processo da economia mundial em evolução rápida (CASTRO, 1971, p. 14).

Embora Castro seja muito reconhecido, sendo uma “referência para o debate histórico sobre o fenômeno da fome e da miséria no Brasil e no mundo” (SANTOS, 2021, p.11), vale enfatizar que sua obra é pouco estudada nos demais países da América Latina (IBARRA-GARCÍA, TALLEDOS-SÁNCHEZ, 2022). Isso nos causa estranhamento, uma vez que parte da sua produção foi publicada em mais de 20 idiomas e teve ampla circulação internacional. Nos parece que uma das explicações possíveis se deve à “colonialidade do saber”, isto é, a invisibilização e a marginalização de conhecimentos fora da perspectiva hegemônica devido ao monopólio epistêmico do eurocentrismo (LANDER, 2005). Além do mais, acreditamos que ainda não foi superado o relativo distanciamento do Brasil em relação aos demais países da região e vice-versa (CAPELATO, 2000; PRADO, 2001).

Na introdução de *Geografía da Fome* (1946), Castro também assinala as imensas desigualdades que marcam a América Latina: um dos continentes mais ricos do planeta, com a maior quantidade de recursos naturais, mas com uma população que morre de fome diariamente. Para o autor, essa aparente contradição não é um fenômeno natural ou causado por uma cultura subdesenvolvida, mas fruto do empobrecimento da população, a partir do processo de colonização. Ele enfatizou que os colonizadores exploraram ao máximo os recursos naturais e impossibilitaram um desenvolvimento regional que também promovesse o acesso da população a uma alimentação diversa e com os nutrientes necessários para sua prosperidade (CASTRO, 1980)⁵. Afirmou, ademais, que a falta de comida era o maior escândalo do planeta e que havia uma “conspiração de silêncio em torno da fome” (CASTRO, 1980, p.23).

⁵ “Geografía da Fome” teve sua primeira edição em 1946. Contudo, neste artigo utilizamos a edição de 1980. Por isso, a divergência entre as datas nas referências.

Para exemplificar tal questão, ao longo desta importante obra, o autor apresentou a situação da zona da mata nordestina, o “Nordeste açucareiro”: um solo rico, que poderia abrigar diversas culturas que são a base da alimentação brasileira. Todavia, a “monocultura da cana-de-açúcar iniciou o seu crescimento canceroso, envenenando toda a riqueza da terra, gangrenando toda a sua economia com as toxinas do seu exagerado mercantilismo” (CASTRO, 1980, p. 155). Da mesma forma, declarou que combater a fome não era somente garantir o acesso aos alimentos, mas, principalmente, o acesso aos alimentos que satisfizessem as necessidades calóricas dos seres humanos conforme as suas premências (CASTRO, 1968; 1980).

Por sua vez, em *Geopolítica da Fome* (1968), Castro evidenciou que, ao contrário das teorias que compreendem a fome como um fenômeno natural e das que entendem que a única forma de enfrentamento possível é através do controle de natalidade, a fome é um problema de escolhas políticas e econômicas sobre a produção e a distribuição de alimentos. Conforme escreveu: “a fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural. São, na realidade, criações humanas” (CASTRO, 1968, p. 59). Assim, ao destacar as contradições da exploração capital-trabalho, responsabilizou o imperialismo econômico e o comércio internacional, pois a estes “interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública” (CASTRO, 1980, p.14).

Nesta obra Castro também realiza uma forte crítica às políticas que promovem a pobreza nos países colonizados. Por isso mesmo, analisa produções agrícolas e busca respostas locais, a partir da tomada de consciência sobre a questão. Vale destacar que Castro também era defensor da cooperação internacional para diminuir a pobreza e as desigualdades na região (LEITÃO, 2021).

No *Livro Negro da Fome* (1960), o autor ressaltou que as desigualdades que geram a pobreza, a miséria e a fome são uma ameaça à paz e à ordem. Para enfrentar tal situação, sugeriu, entre outras medidas, uma articulação entre governos e o aprofundamento da cooperação internacional:

[...] embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional, é evidente que sem uma ampla cooperação internacional é muito difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a preservar o equilíbrio político e social do mundo (CASTRO, 1960, p.13-14).

Por fim, tendo em conta que o acesso aos alimentos é condicionante da vida digna, entendemos que é possível relacionar as propostas de Castro de combate à fome com os princípios do Bem-Viver andino. Compreendemos que os preceitos do Bem-Viver, plasmados na Constituição da Bolívia, procuram combater o projeto neoliberal e isso está em consonância com o pensamento de Castro, que denuncia, entre outras coisas, “o regime de economia destrutiva” que aniquila a natureza e impede uma vida digna para os seres humanos (CASTRO, 1957).

DÍALOGOS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E A BOLÍVIA

Ao pensarmos os possíveis diálogos da obra de Castro com a Bolívia, queremos destacar dois elementos que se apresentaram na sua produção e que foram experienciados na Bolívia Plurinacional: primeiro, a luta contra a fome no país, a partir da produção de alimentos e, segundo, a necessidade de uma reforma agrária plural, possibilitando o fim dos latifúndios, aliada com os movimentos de resistência anti coloniais e anti imperialistas. Assim, este segundo item do artigo se subdivide nestas duas partes que serão analisadas a partir das obras de Castro.

A LUTA CONTRA A FOME E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Ao tratar especificamente da América do Sul, Castro abordou a Bolívia, salientando a insuficiência calórica no consumo de alimentos naquele país. Contudo, destacou que possivelmente os dados apresentados não contabilizavam as produções de agricultura de subsistência, caso contrário, seria impossível sobreviver com tão baixas calorias (CASTRO, 1968). O que o autor enfatiza é que combater a fome não é somente acessar alimentos, mas possibilitar uma alimentação que supra as necessidades de nutrientes e calorias necessárias para que os seres humanos vivam com dignidade (CASTRO, 1968; 1980).

De acordo com o que foi tratado anteriormente, em países marcados por processos de colonização e de avanço do capitalismo, a fome é um dos resultados da desigualdade e da pobreza. Vale destacar que a palavra fome é derivada de fame, do latim, e essa de famulus (escravos ou servos). Na língua portuguesa foram gerados

vocábulos como fâmulos, famulentos, famélicos ou “que têm fome”. Além disso, fome e família vinculam-se, na origem de suas expressões fundantes, à servidão, escravidão e pobreza (FREITAS, 2003).

O que assevera Castro, é que o objetivo deve ser o da busca de uma solução sistêmica, que enfrente o problema da fome, multifacetado e complexo (CASTRO, 2022). A partir da sua vasta obra, entendemos que um dos principais caminhos para a superação da fome é uma produção agrícola voltada às diversas culturas alimentares, e que se abandone as monoculturas, principalmente as de commodities. Este processo, a partir do que propõe Castro, demanda um trabalho conjunto dos diversos segmentos sociais para promover uma agricultura pluricultural e acessível aos camponeses (LEITÃO, 2021).

No caso particular da Bolívia, queremos reiterar uma questão já tratada no item anterior: este país é um dos mais pobres da América Latina, mas seu nível de pobreza caiu consideravelmente desde 2006. Por décadas a Bolívia ocupou um dos primeiros lugares no mundo nos rankings de desigualdade social. No ano 2000, inclusive, chegou a superar o Brasil e a Colômbia neste quesito (MARIÑELARENA, 2020).

Destacamos que a Bolívia é um país com grandes riquezas naturais e culturais, com uma diversidade de biomas e de recursos naturais, como estanho, borracha, salitre e lítio. No entanto, antes da gestão Morales estes recursos serviram aos interesses das elites locais que estabeleceram acordos com os setores imperialistas europeus e estadunidenses (MARIÑELARENA, 2020).

Após intensas manifestações e mobilizações, organizadas principalmente pelas entidades indígenas, afrobolivianas, operárias e cocaleras, a Bolívia elegeu Morales, primeiro presidente indígena, oriundo do sindicato cocalero (DULCI, 2021). A partir daí, iniciou-se um caminho de retomada e de fortalecimento dos povos originários (MARIÑELARENA, 2020), majoritários na Bolívia (ALBÓ, 2008). Isso foi potencializado pela Constituição de 2009, que como já afirmamos, criou o Estado Plurinacional da Bolívia. Na nova carta constitucional, o conceito de Bem-Viver, orientado para melhorar a qualidade de vida da população, é o “princípio ético-moral” da plurinacionalidade (SCHAVELZON, 2015).

Neste contexto, é preciso destacar o quanto a Bolívia avançou no combate à uma subalimentação, atingindo, em 2019, o valor mais baixo apresentado pelo país na sua história. A tabela a seguir apresenta estes dados:

Tabela 1. Prevalência da Subalimentação: comparação entre a média boliviana e latino – americana (em porcentagem na população total)

| Ano | Bolívia | América Latina |
|------|---------|----------------|
| 2002 | 26,9% | 10,9% |
| 2004 | 27,7% | 9,8% |
| 2006 | 24,6% | 8,7% |
| 2008 | 24,7% | 7,7% |
| 2010 | 20,4% | 6,6% |
| 2012 | 16,7% | 6,1% |
| 2014 | 15,6% | 5,3% |
| 2016 | 13,1% | 6,7% |
| 2018 | 12,1% | 6,6% |
| 2019 | 11,9% | 6,7% |
| 2020 | 13,9% | 8,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Nações Unidas (NACIONES UNIDAS, 2023).

Em 2002, antes da ascensão de Morales, a subalimentação na Bolívia era duas vezes e meia maior do que em todos os demais países da América Latina. Por sua vez, em 2020, mesmo com a pandemia de Covid-19 e com os impactos do golpe vivenciados no país em 2019, houve o aumento no número de pessoas em subalimentação, mas estes números ainda apresentaram patamares bem menores do que no início do século XXI (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022).

Entendemos que este avanço significativo, que erradicou pela metade a subalimentação na Bolívia até 2020, foi possível graças às políticas implementadas pelo MAS voltadas à produção de alimentos para consumo interno e o combate à fome. Ressalta-se que a estatização dos hidrocarbonetos, em 2006, foi um dos fatores centrais para o combate à fome e à pobreza durante os doze anos que Morales governou a Bolívia. Neste novo cenário, 82% do valor da produção passou ao Estado Boliviano e 18% ficou nas mãos das empresas privadas. Somente em 2014, para se ter um parâmetro, a renda petroleira foi de U\$\$ 5,489 milhões, superando em um único ano todo o período neoliberal, o que possibilitou avançar em diversas políticas públicas (MARIÑELARENA, 2020).

Por sua diversidade de biomas e culturas, a Bolívia também se destaca na variedade de produtos agrícolas e modos de produção que possuem origem no período incaico (LESSA, 2019). Com tamanha heterogeneidade, é possível produzir alimentos que possibilitem a segurança alimentar. Abaixo, segue a tabela que apresenta políticas implementadas para a produção de alimentos:

Tabela 2. Políticas voltadas à produção de alimentos na Bolívia a partir da Constituição do Estado Plurinacional (2009)

| Lei | Objetivo |
|----------|--|
| 031/2010 | Recuperação e manutenção de tecnologias ancestrais voltadas à soberania alimentar, inclusive no desenvolvimento de sementes, priorizando, especialmente, empreendimentos estatais comunitários e população rural. |
| 098/2011 | Declaração de prioridade nacional a produção de quinoa, voltada, principalmente, para a alimentação do mercado interno. A quinoa é um cereal de grande identificação com a cultura andina. |
| 141/2011 | Declaração de prioridade nacional a produção de amendoim e pimentas, também com foco no mercado interno. Tal como a quinoa, o amendoim e as pimentas são de grande identificação com a cultura alimentar boliviana. |
| 144/2011 | Promoção da revolução produtiva comunitária agropecuária. Esta lei objetiva a elaboração e difusão de políticas agrícolas voltadas ao Bem-Viver, tanto do povo boliviano quanto da natureza: descolonização do modelo agrícola, priorizando o modo de produção das comunidades indígenas e afrobolivianas; criação de um sistema para evitar desastres climáticos e outros fenômenos naturais e apoio à uma agricultura sustentável. |
| 300/2012 | Garantia do acesso à água para todos, reconhecimento dos saberes alimentares como parte integrante do Bem-Viver, e defesa do fim dos latifúndios como um horizonte para a soberania alimentar. |
| 338/2013 | Fomento da agricultura familiar, especialmente a partir dos conhecimentos indígenas e afrobolivianos, com especial atenção às agriculturas cultivadas por comunidades, particularmente aquelas vivenciadas via práticas solidárias. |
| 622/2014 | Promoção da compra de produtos para a alimentação escolar com especial foco na produção de produtores locais e alimentos regionais, priorizando-os em face dos alimentos processados. |
| 775/2016 | Promoção de uma política voltada à alimentação saudável, especialmente com maior espaço de propaganda para produtos naturais e pouco espaço para produtos com mais açúcar e ultraprocessados. |

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de Lessa (LESSA, 2019).

Estas políticas propiciaram avanços em uma produção mais plural, respeitando a cultura alimentar dos povos indígenas e afrobolivianos que formam a Bolívia. Além disso, fomentaram uma agricultura sustentável, pouco nociva ao solo e com modos de produção menos violentos. Houve avanços também na diversidade da produção agrícola. A tabela abaixo apresenta estes dados:

Tabela 3. Produção Agrícola na Bolívia (em toneladas)

| Produtos Agrícolas | 2000 - 2001 | 2005 - 2006 | 2010 - 2011 | 2015 - 2016 | 2020 - 2021 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Cereais | 1.110.470 | 1.865.477 | 1.969.567 | 2.660.494 | 3.703.894 |
| Estimulantes | 22.417 | 23.762 | 24.914 | 28.821 | 30.545 |
| Frutas | 877.019 | 954.930 | 1.248.861 | 1.478.208 | 1.533.201 |
| Hortaliças | 232.443 | 273.225 | 389.458 | 446.583 | 572.237 |
| Oleaginosas e Industriais | 5.967.528 | 7.491.429 | 8.002.184 | 10.722.970 | 13.656.271 |
| Tubérculos e Raízes | 940.895 | 1.034.655 | 1.180.122 | 1.317.085 | 1.528.005 |
| Forragens | 244.416 | 306.102 | 406.745 | 476.785 | 508.503 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (INE, 2023).

Conforme os índices do INE, todas as culturas agrícolas tiveram melhorias em suas produções nos últimos vinte e dois anos na Bolívia. Entretanto, ainda que a produção de cereais (entre os quais estão inclusos a quinoa e o amendoim) tenha mais que triplicado, é muito inferior à de oleaginosas e alimentos industriais (em que se incluem a cana-de-açúcar e a soja), o que também quase triplicou no mesmo período (INE, 2023).

Em 2000-2001, o somatório de todas as produções equivalia a 3.427.660 toneladas, ou seja, 57% de toda a produção de oleaginosas e alimentos industriais. Já em 2020-2021, vinte e um anos depois, a soma de todas as culturas mais que dobrou, indo para 7.876.385 toneladas. Contudo, isso equivale a 58% da produção de oleaginosas e alimentos industriais (INE, 2023).

Por fim, ainda que tenham ocorridos avanços significativos, isto é, o grande aumento da produção agrícola voltada às necessidades alimentares bolivianas, existe, concomitantemente, uma agricultura de commodities. E, enquanto existir uma agricultura de commodities que prevaleça frente a agricultura de alimentos diversificados, o aumento da produção não significará, de fato, o fim da fome. Retomando a Cátedra Josué de Castro: “Contraditoriamente, a abundância será a causa da penúria” (CASTRO, 2022, p. 214).

REFORMA AGRÁRIA E O FIM DOS LATIFÚNDIOS: MOBILIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS

A vasta e rica produção de Castro gerou a necessidade de pensarmos a fome como um problema político. Por isso, a produção de alimentos diversificados que possibilitem a nutrição dos seres humanos é um caminho para a superação da fome. Contudo, para que este problema seja resolvido na sua estrutura, é necessário enfrentar o que gera as monoculturas: os latifúndios (CASTRO, 1980; 2022).

Conforme trabalhado no item anterior, de acordo com Castro, a reforma agrária era condição primordial para a resolução do problema da fome no Brasil e nos demais países subdesenvolvidos. Em *Geografia da Fome*, o autor ousou indicar a necessidade de revisão do direito de propriedade visando o interesse da coletividade. Mas não se tratava somente da distribuição de terras, com a desapropriação para atender os sem-terra. O mais importante neste processo era a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os detentores das propriedades rurais e os sem-terra, com limitações ao modelo de

produção que visava a exploração total do solo, aspirando distribuir os seus benefícios com toda a coletividade (CASTRO, 1980).

Em 1952, a Bolívia viveu uma revolução que culminou com uma reforma agrária em 1953 (CUSICANQUI, 2010, ZAVALETA, 2011). Iremos discorrer brevemente sobre este processo, pois entendemos que compreender este período da história da Bolívia é primordial para refletir sobre as maiores dificuldades encontradas por este país na atualidade no que diz respeito à reforma agrária e a distribuição de terras para os povos indígenas e afrobolivianos.

Nas regiões com forte concentração de terras, nas *haciendas* localizadas nos vales e no Altiplano de La Paz, houve maior êxito na reforma agrária, especialmente porque durante este processo o governo se centrou na distribuição de pequenas propriedades entre os camponeses (GIMENEZ, 2014). Já em outras localidades, como Potosí, onde prevalecia o modelo comunal indígena, a proposta não foi bem aceita pelas comunidades, uma vez que estas precisavam se inserir no modo de produção moderno, de pequenas propriedades individuais, que estava sendo implementado, o que gerou os primeiros embates entre indígenas e revolucionários (PANNAIN, 2014).

No processo revolucionário boliviano prevaleceu a perspectiva urbana, muito influenciada por grupos liberais, o que marginalizou os movimentos camponeses. Assim, de acordo com Rafaela Pannain: “Como a reforma agrária foi concebida com a perspectiva de desenvolver o capitalismo no campo, ela representava, em alguns casos, um perigo para a manutenção das organizações comunais” (PANNAIN, 2014, p. 62).

A partir deste momento, exatamente pelas perspectivas opostas acerca da revolução, o movimento foi perdendo força e culminou em um golpe militar (CHALI, CHUMACERO, 2018). Já nas décadas seguintes, a Bolívia viveu sob ditadura (1964-1982), o que desarticulou as organizações sociais, urbanas e rurais, bem como os partidos de esquerda (DULCI, 2021). Posteriormente, com a redemocratização, conforme afirmamos no subitem anterior, este país adotou os preceitos neoliberais, o que dificultou avançar na distribuição de terras, especialmente aquelas voltadas à produção de alimentos e ao combate à fome.

Esta situação só foi alterada com a eleição de Morales. Durante seu governo, segundo os dados do INRA, foram distribuídos 19,7 milhões de hectares que beneficiaram 1.393.653 bolivianos/camponeses, que vivem os regimes de pequenas propriedades individuais ou coletivas (CHALI; CHUMACERO, 2018). Também houve a distribuição de terras para povos e comunidades indígenas: 23 milhões de hectares para

meio milhão de indígenas nas regiões das terras baixas e terras altas (CHALI; CHUMACERO, 2018, p.10).

Importa enfatizar que a gestão Morales teve a reforma agrária, tanto para a pequena propriedade camponesa, como para as comunidades indígenas, como prioridade política. Entretanto, não foi possível modificar as estruturas dos latifúndios produtores de monoculturas. Em diversos momentos, as políticas apresentadas na Tabela 02 disputaram com o agronegócio, mas não afetaram a produção de soja e outras monoculturas industriais, conforme se vislumbra na Tabela 03. Isso porque a herança dependentista, marcada pelo passado colonial, tornou necessário à Bolívia o ingresso de divisas destas produções, principalmente para financiar as políticas sociais (GIMENEZ, 2014). Neste ponto também concordamos com uma das críticas de Ana Letícia Leitão de que não houve a interdisciplinaridade necessária para o enfrentamento à fome, e a produção de alimentos se tornou ainda mais setORIZADA na Bolívia, o que impossibilitou o enfrentamento à principal estrutura que marca a fome nos países latino-americanos: o capitalismo (LEITÃO, 2021). Contudo, entendemos que só foi possível a realização dos enfrentamentos que se reverteram em políticas públicas durante a gestão Morales – ainda que tímidas – pela consciência⁶ dos trabalhadores, particularmente indígenas, que se mobilizaram constantemente, com atuações de caráter anti colonial e anti imperialista.

Em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, Castro narra a história das Ligas Camponesas do Nordeste. Estas se tornaram o movimento mais importante na luta por reforma agrária e pelo desenvolvimento no campo brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960. O autor apresenta o nascimento da consciência dos camponeses no Nordeste agrícola, que se organizaram a partir da reivindicação do direito de acessar um caixão para poderem, ao menos na morte, encontrar um mínimo de dignidade. No marco desta demanda, iniciou-se um processo de conscientização de que eles também mereciam uma vida digna. Deste modo, a entidade foi se ampliando e se fortalecendo (CASTRO, 1967).

Ainda que não houvesse uma educação formal sobre imperialismo e luta de classes, o autor afirma que os camponeses nordestinos foram se conscientizando dos enfrentamentos externos que precisavam realizar, tendo em vista o alinhamento das elites locais com os interesses imperialistas que transferiram às massas a sobrecarga dos processos espoliativos provocados pela exportação de matéria prima. Isso acarretou não

⁶ O termo “consciência” utilizado neste trabalho, não se refere a uma consciência universal, mas à consciência crítica freiriana. Homens e mulheres, a partir da práxis realizada por esta tomada de consciência, vão humanizando-se e humanizando uns aos outros (FREIRE, 2018).

só no débil desenvolvimento regional, mas também no fraco poder aquisitivo dos camponeses, o que ampliou a fome e a pobreza (CASTRO, 1967).

No cenário de ascensão neoliberal, em toda a América Latina emergiram movimentos e organizações sociais, protagonizados por trabalhadores, desempregados, sem-terra, sem-teto, indígenas, negros e outros que buscavam melhores condições de vida. O caso da Bolívia, como tratamos antes, não pode ser visto sem considerarmos o processo vivenciado pelo país durante a revolução de 1952. Ainda que esta tenha sofrido um golpe e não tenha conseguido atender as demandas complexas da diversidade dos movimentos sociais bolivianos, bem como as perseguições e enfrentamentos externos, estes conseguiram resistir. Já nos anos 1990, unificaram-se politicamente através do MAS, partido que levou Morales à presidência (MALHEIROS, 2023).

As Guerras da Água (2000) e do Gás (2003)⁷, assim como as intensas mobilizações protagonizadas especialmente por indígenas, mineiros e *cocaleros* no início do século XXI, não pautaram somente suas próprias reivindicações de categoria ou questões de classe, raça e gênero. Os movimentos e organizações também resistiram ao capital, denunciando e combatendo as políticas imperialistas que privatizavam os recursos naturais, limitavam a soberania do país e empobreciam cada vez mais a população (MALHEIROS, 2023).

Esta tomada de consciência coletiva parece ter sido fundamental para a eleição do primeiro presidente indígena e a organização de uma Bolívia que contemplasse a diversidade de povos e organizações sociais que se viu refletida no Estado Plurinacional, promovendo maior autonomia a estes grupos excluídos de processos anteriores. Igualmente, entendemos que foi esta consciência que possibilitou o rápido retorno do MAS ao governo, em 2020, com a eleição de Luis Arce.

Ainda que tenha ocorrido um desgaste político intenso entre o MAS e os movimentos sociais (notadamente os movimentos indígenas, feministas e sindicais) pela nova candidatura de Morales e pelos avanços neoliberais durante a década de 2010, a compreensão construída por mais de meio século sobre os interesses imperialistas na região, especialmente na exploração de recursos naturais e no empobrecimento ainda maior dos povos que vivem na Bolívia, possibilitou um forte suporte ao MAS, tanto na

⁷ A Guerra da Água (2000) foi um levante contra o monopólio da água controlado pelas corporações transnacionais. Já a Guerra do Gás (2003) foi um movimento contra a venda de gás natural para os Estados Unidos via portos chilenos. Ambos foram vitoriosos e têm ainda hoje um forte significado simbólico na memória coletiva da sociedade boliviana (DULCI, 2021).

defesa de Morales após sua renúncia forçada em 2019, quanto na eleição de Arce, em 2020.

Entendemos que a Bolívia conseguiu grandes avanços na consolidação de direitos sociais com o MAS. Porém, ainda que tenham ocorridos melhorias importantes, as contradições dos seus governos, especialmente na gestão Morales, não possibilitaram um apoio unânime. O MAS tampouco representou a totalidade dos movimentos populares que ali constroem suas práxis.

Queremos destacar esse aspecto porque há um risco de, novamente, criar-se um falso dualismo. Não podemos incorrer no erro de achar que todos os indígenas, afrobolivianos, *cocaleros*, sindicalistas, etc se unem sempre ao MAS contra o imperialismo e o neoliberalismo. Alguns movimentos que realizam o debate a partir das identidades que o MAS se propõe a representar (especialmente indígenas) fazem oposição ao governo. Isso porque mesmo com a nova constituição e a proposição de um Estado Descolonizador, não foi possível romper com as estruturas patriarcais, racistas e capitalistas.

Entre as críticas, destaca-se o Grupo *Mujeres Creando* que, mesmo com o golpe em 2019, não saiu em defesa do MAS, mas problematizou a naturalização dos espaços públicos como masculinos e propôs, como desafio, o fim do salvacionismo próprio do patriarcado, em que sempre existem heróis e patriarcas que salvam o povo. Para *Mujeres Creando* aquele momento era uma oportunidade para refletir e avançar nesse percurso de processos mais coletivos e plurais, com presença massiva das mulheres, o que não ocorria no governo do MAS (MALHEIROS, 2023).

Assim, reconhecemos as contradições e críticas que o MAS traz consigo, inclusive neste momento do governo Arce. Entretanto, acreditamos que sem o apoio das massas, presentes nestas organizações e movimentos, não teria sido possível reverter o golpe ocorrido em 2019. Nesse sentido, vale lembrar que dias após a renúncia forçada, na cidade de El Alto, militantes de diversos movimentos sociais decretaram o “cerco de Tupac Katari”⁸ em apoio a Morales, que se encontrava exilado. Naquela ocasião ele afirmou:

O imperialismo espanhol pensou que ao dismantelar Tupac Katari há 238 anos, acabaria com a força do povo para romper as correntes do colonialismo. Hoje, mais do que nunca, a luta continua. Diante da

⁸ Este cerco faz referência à rebelião de Tupac Katari, um grande levantamento indígena ocorrido em 1781 que permeia a memória coletiva boliviana. A rebelião de Katari inspirou, inclusive, o movimento conhecido como katarismo, que teve início na década de 1970. Este tinha duas reivindicações principais: a luta anticolonial e o combate dos povos indígenas contra a opressão (DULCI, 2021).

repressão do golpismo racista, repetimos a frase: “Voltarei e serei milhões!” (BORIS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar um diálogo entre o trabalho de Castro e a experiência da Bolívia Plurinacional. Não procuramos encaixar esta experiência dentro da obra do médico brasileiro, até porque, a Bolívia Plurinacional nasceu quase quarenta anos depois de sua morte. Tampouco tratou-se de esgotar as possibilidades de diálogos e análises.

Marcada por um forte regionalismo, a obra de Castro ecoa na América Latina porque, ainda que tenha analisado com maior profundidade o Brasil, principalmente o Nordeste, o autor pensa o Brasil no marco dos países categorizados como subdesenvolvidos. Além disso, apresentou na sua produção três elementos que dialogam com a realidade boliviana. O primeiro foi a necessidade de pensar políticas que percebam a fome como um problema político que deve ser enfrentado por uma agricultura diversificada; segundo, o combate aos grandes latifúndios de monoculturas, que são uma herança colonial, e, por fim, a importância das mobilizações populares para que o combate à fome, nas suas estruturas, seja efetivado (CASTRO, 1967; 1968; 1980).

A Bolívia Plurinacional conseguiu avanços importantes no combate à subalimentação e ampliação da produção de alimentos (tabelas 01 e 03), especialmente no acesso aos indígenas e camponeses. Contudo, ainda prevalecem monoculturas categorizadas como *comodities*, voltadas aos processos industriais e à venda para o mercado externo. Igualmente, ocorreram progressos na distribuição de terras e na organização dos modos de produção de camponeses, indígenas e afrobolivianos (quadro 02). Porém, ainda assim o agronegócio continuou produzindo em larga escala, colocando em risco a natureza e enfrentando a agricultura voltada à produção de alimentos. Aliás, o que procuramos demonstrar neste artigo é que, na Bolívia Plurinacional, para cada avanço dos grupos que historicamente foram subalternizados, há também avanços do capital e do agronegócio.

Entendemos que a chegada do MAS ao governo representou o rompimento com o período neoliberal na Bolívia. Entretanto, este não conseguiu extinguir as políticas neoliberais. Elas continuaram coexistindo com outras que buscavam transgredir algumas estruturas, especialmente o dependentismo, como a estatização dos hidrocarbonetos. Nesse ínterim, o MAS também enfrentou problemas internos, dentro do partido e fora,

e, concomitantemente, lidou com a cobrança dos movimentos e organizações sociais, além de ter enfrentado boicotes no plano internacional (MALHEIROS, 2023).

Entendemos que as mudanças estruturais não ocorreram porque não houve o enfrentamento à principal estrutura denunciada por Castro como produtora da fome nos países latino-americanos: o capitalismo colonial. As políticas promovidas e organizadas na Bolívia Plurinacional, através do MAS, ocorreram dentro da perspectiva de inclusão às estruturas capitalistas, sem um rompimento efetivo com o modelo extrativista, fruto da herança colonial, e sem avançar em outros modos de produção, como os modelos comunais dos povos indígenas. Ainda que o Estado Plurinacional e o princípio do Bem-Viver constitucionalizado tenham trazido avanços para os povos indígenas, afrobolivianos e camponeses, estes não conseguiram impor uma contra hegemonia que desafie o modelo capitalista que avança significativamente na Bolívia.

O MAS também enfrentou disputas internas e denúncias de corrupção, o que abalou significativamente suas bases. Esperanças foram desfeitas e, mesmo com o apoio de organizações e movimentos sociais nas eleições presidenciais em 2020, o partido perdeu parte de seu protagonismo e se evidenciou que ele não é a única voz de todos os movimentos e lutas na Bolívia. Contudo, o Estado Plurinacional resiste, apesar de golpes e decepções com os governos. Movimentos e organizações sociais conseguem, a despeito das dificuldades, vislumbrar sua força e compromisso com os *procesos de cambios* (MALHEIROS, 2023), entendendo os recuos e, ao mesmo tempo, identificando as construções políticas necessárias para enfrentar as violências vividas, inclusive de fome.

Nestes enfrentamentos, em que muitas vezes se obriga a conciliação pela sobrevivência, a tomada de consciência da própria força é fundamental. Perceber a fome como uma escolha política e a necessidade de que sua resposta seja também política, através das mobilizações e das lutas permanentes, são os primeiros passos para a sua superação.

Por compreendermos a fome como uma escolha política e, exatamente por termos apresentado esta dimensão neste artigo, escolhemos o trabalho de Castro para dialogar com as políticas de combate à fome na Bolívia. Por isso, apesar de tudo, vemos os avanços deste país no combate à fome como um importante exemplo no cenário latino-americano.

REFERÊNCIAS

- ALBÓ, Xavier. **Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Peru**. La Paz: CIPCA, 2008.
- AMORIM, Helder Remigio de. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória política e intelectual de Josué de Castro. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23349>. Acesso em: 24/02/2023.
- BARRA-GARCÍA, María Verónica; TALLEDOS-SÁNCHEZ, Edgar. Geografía crítica latinoamericana, otra mirada. **Punto Sur**, n. 7, 16 dic. 2022. Disponível em: <http://revistascientificas2.filo.uba.ar/index.php/RPS/article/view/10910/10926>. Acesso em: 22/03/2023.
- BÉJAR, Ramón. América Latina y el consenso de Washington. **Boletín económico de ICE**, Información Comercial Española, n. 2803, p. 19-38, 2004.
- BIRD. **Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão**. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099051105022314487>. Acesso em: 20/07/2023.
- BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. **Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2012.
- BORIS, Miranda. “O que é o cerco de Túpac Katari, anunciado por seguidores de Evo e temido em La Paz”. **BBC News Mundo na Bolívia**, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50468231>. Acesso em: 04/04/2023.
- CAMPOS, Rosana. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis**, 47, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/12585>. Acesso em: 23/03/2023.
- CAPELATO, Maria Helena O “Gigante Brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira. A Grande Transação**. São Paulo: SENAC, 2000.
- CASTELLANI, Francesca; ZENTENO, Jannet. Pobreza y movilidad social en Bolivia en la última década. Departamento de Países del Grupo Andino. Nota Técnica IDB-TN-889. **Banco Interamericano de Desarrollo (BID)**, 2015. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Pobreza-y-movilidad-social-en-Bolivia-en-la-%C3%BAltima-d%C3%A9cada.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2022.x

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**: Ensaio sobre o Nordeste, Área Explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Antares: Círculo do Livro, 1980.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CASTRO, Josué. **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué. **A estratégia do desenvolvimento**. Lisboa: Seara Nova, 1971.

CASTRO, Catedra Josué de Castro. Pão ou Commodity: geografia da produção de alimentos. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, p. 203 - 214, 2022.

CAVATASSI, Romina; GEMESSA, Susan. Impact assessment report: Economic Inclusion Programme for Families and Rural Communities in the Territory of Plurinational State of Bolivia. Rome, IFAD, 2021. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/operations/-/economic-inclusion-programme-for-families-and-rural-communities-in-the-territory-of-the-plurinational-state-of-bolivia-acessos->. Acesso em: 20/02/2023.

CEPAL. **Os Povos Indígenas na América Latina**. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago: CEPAL, 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37773-os-povos-indigenas-america-latina-avancos-ultima-decada-desafios-pendientes>. Acesso em: 20/07/2023.

CEPAL. **La matriz de la desigualdad social de América Latina**. Santiago: CEPAL, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40668-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina>. Acesso em: 20/07/2023.

CEPAL. **Medición de la pobreza por ingresos: actualización metodológica y resultados, Metodologías de la CEPAL**. Santiago: CEPAL, 2018a. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44314-medicion-la-pobreza-ingresos-actualizacion-metodologica-resultados>. Acesso em: 20/07/2023.

CEPAL. **A ineficiência da desigualdade**. Santiago: CEPAL, 2018b. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43569-ineficiencia-desigualdade-sintese>. Acesso em: 20/07/2023.

CEPAL. **Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina**. Desafios para a inclusão. Síntese. Documentos de Projetos (LC/TS.2021/26). Santiago: CEPAL, 2021.

Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46872-afrodescendientes-matriz-desigualdade-social-america-latina-desafios-inclusao>. Acesso em: 20/07/2023.

CHALI, Oscar; CHUMACERO, Juan Pablo. Nueva estructura agraria en Bolivia: avances y desafíos. **Revista Latino-Americana de Estudios Rurales**, Montevideo: v. 03, n. 05, p. 01-32, 2018.

Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/426/0>. Acesso em: 20/04/2023.

CURIEL, Occhy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CUSICANQUI, Silvia. **“Oprimidos pero no vencidos”**. Luchas del campesinado Aymara y Qhechwa (1900-1980). La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

DINIZ, Pedro; MACIEL, Heitor. Os desafios à Onda Rosa na segunda metade da década de 2010: uma análise do cenário político sul-americano. **Blog Conjuntura Internacional**, 28 mar. 2016. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/03/28/os-desafios-a-onda-rosa-na-segunda-metade-da-decada-de-2010-uma-analise-do-cenario-politico-sul-americano/>.

Acesso em: 05/04/2023.

DULCI, Tereza. Una mirada decolonial al concepto de desarrollo. In: Tahina Ojeda Medina; María del Carmen Villarreal Villamar. (Org.). **Pensamiento crítico latinoamericano sobre desarrollo**. Madrid: Catarata, 2020, p. 74-86.

DULCI, Tereza. O Bem-Viver como projeto político: uma nova utopia latino-americana. In: Maria Ligia Prado. (Org.). **Utopias Latino-Americanas: Política, Sociedade, Cultura**. São Paulo: Contexto, 2021, v. 1, p. 295-311.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo** (“Prefacio a la Segunda Edición”). Universidad del Cauca, Popayán, 2012a.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, n. 21, p. 23-62, 2012b. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/raso/article/view/40049>. Acesso em: 19/02/2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em: 20/03/2023.

FREITAS, Maria do Carmo. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003.

GIMENEZ, Heloísa. A questão agrária na Bolívia. **Retratos de Assentamentos**, v.17, n.2, p. 25-70, 2014. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/165>. Acesso em 17/04/2023.

GUDYNAS, Eduardo. Crise boliviana evidencia contradições políticas dos últimos anos. Entrevista especial com Eduardo Gudynas. **Instituto Humanitas - UNISINOS**, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/594467-crise-boliviana-evidencia-contradicoes-politicas-dos-ultimos-anos-entrevista-especial-com-eduardo-gudynas>. Acesso em: 20/04/2023.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Agricultura - Cuadros Estadísticos. 2023. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-economicas/agropecuaria/agricultura-cuadros-estadisticos/>. Acesso em: 15/04/2023.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. O lugar do alimento do pensamento geográfico: uma análise a partir de Max. Sorre e Josué de Castro. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. 301p. Disponível em https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_15375_LEIT%C3O%20ALE%20Tese%202021.pdf Acesso 28.07.2023.

LEÓN, Magdalena. Redefiniciones económicas hacia el Buen Vivir: un Acercamiento feminista. **AWID**, 2012. Disponível em: http://www.explotacionapreciodesaldo.org/datos/6816/Magdalena_Leon_buenvivir_economia14.pdf. Acesso em: 15/04/2023.

LESSA, Natalie. **Novo Constitucionalismo Latino-Americano e Soberania Alimentar: reflexões sobre Brasil, Equador e Bolívia**. Salvador: EDUFBA, 2019.

LISSARDY, Gerardo. Porque a América Latina é a “região mais desigual do planeta”. **BBC News Brasil**, 16 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>. Acesso em: 20/04/2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Autêntica: Belo Horizonte, 2019.

MALHEIROS, Mariana. **Descolonização e Despatriarcalização à Plurinacionalidade e ao Bem - Viver na Bolívia**: mulheres na construção de uma política feminista contra - hegemônica. São Paulo: Dialética, 2023.

MARINÉLARENA, Rebeca. Bolívia há doze anos do processo de mudança: desafios, apostas e riscos. In: SANTOS, Roberto; PITILLO, João; VILLAMAR, María del Carmen. **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia, p.109-129, 2020.

MATTEI, Lauro. Políticas Públicas de combate à Fome na América Latina: evidências a partir de países selecionados. **Pesquisa & Debate** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 19, n. 1 (33), 2008.

NACIONES UNIDAS. **Banco de datos regional para el seguimiento de los ODS en América Latina y el Caribe**. 2023. Disponível em: https://agenda2030lac.org/estadisticas/banco-datos-regional-seguimiento-ods.html?indicator_id=3732&lang=es. Acesso em: 20/04/2023.

NAME, Leo. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. **PósFAUUSP**, v. 28, n. 52, 2021.

OPAS. **La salud de la población afrodescendiente en América Latina**. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54503>. Acesso em: 20/07/2023.

PANNAIN, Rafaela. **A crise do Estado Boliviano e a autonomia indígena**. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, nº 145, 2001, p.127-149.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Actual Marx/Intervenciones**, n.7, pp. 139-162, 2009. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/56.pdf>. Acesso em: 04/03/2023.

QUINTERO, Pablo. Desarrollo, Modernidad y Colonialidad. **Antropología Experimental**, n. 13, p. 269-291, 2014. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae/article/view/1816>. Acesso em: 04/03/2023.

SALMORÁN, Guadalupe. Bolivia, Ecuador y Venezuela: ¿un nuevo constitucionalismo latinoamericano o nuevas autocracias plebiscitarias?. **D&Q**, 1-23. V.16, N.2, 2016. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/dirquesp2016&div=25&id=&page=>. Acesso em: 20/03/2023.

SANTOS, Kátia Hale. Josué de Castro: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/778> Acesso em: 02/02/2023.

SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir: dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador**. Quito: Abya Yala-Clacso, 2015.

SILVA, Fabrício. Até onde vai a “onda rosa”?, **Análise de Conjuntura OPSA**, n.2, fev. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Pereira-Da-Silva/publication/325543470_Ate_onde_vai_a_onda_rosa/links/5b149626a6fdcc4611e1f89e/Ate-onde-vai-a-onda-rosa.pdf.

UNICEF. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. UNICEF, 22/06/2022. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/sofi-2022/>. Acesso em: 20/03/2023.

WALSH, C. Desenvolvimento como buen vivir: arranjos institucionais e laços (des)coloniais. **Revista Nueva América**, n. 126, p. 27-31, 2010. Disponível em: <http://catherine-walsh.blogspot.com/2010/11/desenvolvimento-como-buen-vivir.html>. Acesso em: 14/02/2023.

ZAVALETA, René. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Plural, 2011.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 18/05/2023
PARECER DADO EM: 18/10/2023